Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim - CNPJ: 27.193.705/0001-29 - Cachoeiro de Itapemirim ES

Balanço Patrimonial - encerrado em 31 de dezembro

		2018	2017
CIRCULANTE:	NOTAS	31.096.783,31	28.421.581,55
Caixa	6-c	90.853,69	47.057,17
Bancos - recursos sem restrições	6-d	4.479.678,48	273.474,40
Bancos - recursos com restrições	6-d	24.045,16	661,90
Aplicações financeiras - recursos sem restrições	6-d	1.166.712,86	
Aplicações financeiras - recursos com restrições	6-d	1.891.128,14	3.660.767,66
Contas a receber	6-f	15.886.377,31	18.491.293,38
Estoques diversos	6-g	4.208.581,76	4.192.212,34
Demais contas a receber	6-h	3.333.708,56	1.689.298,19
Despesas do exercício seguinte		15.697,35	66.816,51
NÃO CIRCULANTE:		54.105.735,11	38.624.573,63
Direitos de longo prazo		13.948.821,96	14.352.359,31
Contas a receber	7-a	13.815.186,44	14.236.171,10
Depósitos judiciais	7-b	133.635,52	116.188,21
Imobilizado	a	40.156.913,15	24.272.214,32
TOTAL DO ATIVO		85.202.518,42	67.046.155,18

		2018	2017
CIRCULANTE:	NOTAS	35.083.974,60	42.275.074,30
Fornecedores de materiais e serviços	9-a	11.376.603,78	18.025.273,89
Empréstimos	9-b	3.491.168,17	4.928.429,16
Obrigações com pessoal	9-c	3.944.086,10	3.465.053,42
férias e encargos a pagar	9-d	7.481.475,57	7.323.738,66
Tributos, encargos e serviços	9-e	4.228.737,26	3.259.416,92
Subvenções a realizar	9-f,12	3.327.058,64	3.587.404,86
Receita de subvenções a realizar	9-9	1.158.155,86	1.239.528,43
Demais contas a pagar		76.689,22	446.228,96
NÃO CIRCULANTE:		28.908.554,05	22.697.720,00
Obrigações de longo prazo		28.908.554,05	22.697.720,00
Provisão para contingências	10-a	133.000,00	830.600,00
Parcelamento de tributos e serviços	9-e	15.714.545,60	11.502.684,46
Empréstimos	9-b	6.920.821,47	3.389.164,84
Receita de subvenções a realizar	10-d	6.140.186,98	6.975.270,70
Patrimônio líquido (nota 10)		21.209.989,77	2.073.360,88
Patrimônio social acumulado	11-a	2.073.360,88	4.285.870,48
Ajuste de avaliação patrimonial	11-ь	18.246.884,76	1
Superávit (déficit) do exercício	11-0	889.744,13	(2.212.509,60
TOTAL DO PASSIVO		85 202 518 42	67.046.155.18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Superávit dos Exercícios - encerrado em 31 de dezembro

		2018	2017
RECEITA OPERACIONAL	NOTAS	171.065.771,54	157.355.934,31
Contratualização SUS	13-a	80.152.178,55	72.952.047,27
Serviços conveniados	13-b	32.293.330,28	31.875.271,32
Demais serviços hospitalares	13-c	3.618.984,04	3.321.722.14
Subvenções governamental	13-d	25.979.528,43	19.803.623,29
Contribuições e doações	13-e	874.668,31	1.043.676,51
Beneficios previdenciário e fiscal	14	27.182.763,25	25.438.052,50
Outras receitas operacionais		964.318,68	2,921.541,28
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		(167.431.394,38)	(157.480.192,97)
Salários, ordenados, 13°, férias, e indenizações		(57.093.745,30)	(57.597.597.32)
Serviços de terceiros- pessoas jurídicas		(22.600.497,51)	(18.544.301,62)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(8.670.406,10)	(8.029.652,46)
Despesas e encargos com pessoal		(5.182.469,51)	(4.989.625,97)
Materiais hospitalares		(27.122.179,27)	(26.710.481,53)
Obrigações incentivadas		(27.182.763,25)	(25.438.052,50)
Depreciação de bens		(4.401.397,98)	(4.130.903,29)
Água, luz, gás e limpeza		(4.624.361,87)	(4.127.555,00)
Manutenção e consertos		(1.720.770,50)	(1.674.303,66)
Despesas juridicas		(172.389,88)	(240.735,82)
Alugueis		(1.719.913,11)	(1.966.072,89)
Materiais de expediente		(606.690,50)	(476.701,64)
Transportes		(237.786,20)	(214.365,08)
Comunicações		(168,665,86)	(246.188,02)
Divulgação e publicidade		(236.478,87)	(280.406,31)
Custo de captação de recursos		(230.584,98)	(145.661,10)
Hotelaria		(121.110,00)	(45.683,97)
Viagens		(123.397,24)	(127.531,90)
Restituição contratual		(337.798,30)	(470.391,39)
Seguros		(245.349,10)	(247.287,93)
Informática		(713.977,86)	(855.677,72)
Perdas com glosas		(3.345.682,01)	
Impostos e taxas		-	(388.050,43)
Despesas gerais		(572.979,18)	(532.965,42)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		3.634.377,16	(124.258,66)
Despesas financeiras		(3.356.908,22)	(2.700.752,19)
Receitas financeiras		612.275,19	612,501,25
SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11-0	889.744,13	(2.212.509,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - encerrado em 31 de dezembro

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déf) do Exercicio	Total
Em 31 de dezembro de 2016	8.697.265,32	-	(4.411.394,84)	4.285.870,48
Incorporação do déficit	(4.411.394,84)		4.411.394,84	
Superávit (Déficit) do exercício		1	(2.212.509,60)	(2.212.509,60)
Em 31 de dezembro de 2017	4.285.870,48	-	(2.212.509,60)	2.073.360,88
Incorporação do déficit	(2.212.509,60)		2.212.509,60	. •
Ajuste de avaliação patrimonial	-	18.246.884,76		18.246.884,76
Superávit (Déficit) do exercício	14		889.744,13	889.744,13
Em 31 de dezembro de 2018	2.073.360,88	18.246.884,76	889.744,13	21.209.989,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Fluxo de Caixa - MI - encerrado em 31 de dezembro

	2018	2017
1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	3.615.273,61	(1.022.313,55)
1a) Superávit (déficit) ajustado:	5.291.142,11	1.918.393,69
Superávit (déficit) do exercício	889.744,13	(2.212.509,60
Ajuste ao superávit:		
Depreciação e amortização	4.401.397,98	4.130.903,29
1b) Demais variações:	(1.675.868,50)	(2.940.707,24
Diminuição (aumento) nas contas a receber	3.008.453,42	(4.513.419,82
Diminuição (aumento) nos estoques	(16.369,42)	(444.411,46
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	51.119,16	(7.855,88
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	(1.644.410,37)	1.670.802,22
Aumento (diminuição) nas contas do passivos	(3.074.661,29)	354.177,70
2 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(2.039.212,05)	(4.157.789,07)
Aquisição de imobilizado	(2.039.212,05)	(4.157.789,07
3 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DEFINANCIAMENTOS:	2.094.395,64	4.917.786,42
Empréstimos (pagos) contraídos	2.094.395,64	4.917.786,42
4 VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.670.457,20	(262.316,20
5 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.670.457,20	(262.316,20)
Disponibilidades no início do exercício	3.981.961,13	4.244.277,3
Disponibilidades no final do exercício	7.652.418,33	3.981.961,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado - encerrado em 31 de dezembro

TEN	ISDESCRIÇÃO	2018	2017
1-	RECEITAS:	143.883.008,29	131.917.881,81
	1.1) Prestação de serviços na área da saúde	116.064.492,87	108.149.040,73
	1.2) Receitas de subvenções	25.979.528,43	19.803.623,29
	1.3) Contribuições e doações	874.668,31	1.043.676,51
	1.4) Outras receitas	964.318,68	2.921.541,28
2 -	MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	71.813.187,34	62.969.890,57
	2.1) Medicamentos e materiais hospitalares	27.122.179,27	26.710.481,53
	2.2) Serviços de terceiros, energia e outros	40.772.346,88	35.726.443,62
	2.3) Outros custos hospitalares	3.918.661,19	532.965,42
3 -	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	72.069.820,95	68.947.991,24
4 -	RETENÇÕES:	4.401.397,98	4.130.903,29
	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	4.401.397,98	4.130.903,29
5 -	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	67.668.422,97	64.817.087,95
6 -	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:	612.275,19	612.501,25
	6.1) Receitas financeiras	612.275,19	612.501,25
7-	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	68.280.698,16	65.429.589,20
8 -	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	68.280.698,16	65.429.589,20
	8.1) Pessoal (salário, férias, 13 °., rescisões)	57.093.745,30	57.597.597,32
	8.2) Encargos com pessoal	5.182.469,51	4.989.625,97
	8.3) Impostos, taxas e contribuições	37.917,89	388.050,43
	8.4) Juros e aluguéis	5.076.821,33	4.666.825,08
	8.5) Superávit (déficit) do exercício	889.744,13	(2.212.509,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CNPJ 27.193.705/0001-29 Cachoeiro de Itapemirim - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. REGISTROS, INSCRIÇÕES E CERTIDÕES LEGAIS

A Entidade possui as seguintes informações sobre os registros e inscrições:

- CNPJ/MF n° 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria n°. 2.036 de 16 de dezembro de 2016, com validade até 20 de setembro de 2018 e Protocolo n°. 25000.161722/2018-06 registrado no SISCEBAS em 14/09/2018, aguardando análise e finalização.
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União, valida até 15/06/2019, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, valida até 22/03/2019.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 10/03/2019, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Negativa de Débitos nº. 344351, com validade até 06/04/2019, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- Certidão Positiva de Débito Fiscal com Efeito de Negativa para com a Fazenda Pública Estadual nº 2019204559, valida até 13/05/2019, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas aplicadas às entidades sem fins, entre as quais aquelas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R2), aprovada pela Resolução nº. 1.409/12, que trata das

Entidades sem Finalidade de Lucros, a NBC TG 07 (R1), aprovada em 2010, que dispõe sobre subvenção e assistência governamental, a NBC TG 26 (R3), que tratam da apresentação das Demonstrações Contábeis, a Resolução 1.374/11, que deu nova redação à NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nº5. 6.404/76 (Lei das Sas) e alterações, 10.406/02 (Código Civil), 12.101/09, com as modificações da 12.868/13 (que, entre outros, dispões sobre a certificação das Entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimento de isenção de contribuições para a seguridade social) e os Decretos nº5. 8.242/14, que regulamentam a Lei nº 12.101/09, e o 3000/99, substituído pelo nº. 9.850 em 2018, que regulamenta o Imposto de renda.

A Administração da Entidade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade as quais configuram normas brasileiras de contabilidade específicas para tais Entidades, incluindo a adequação de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, também, o pronunciamento direcionado para contabilidade de pequenas e médias empresas (NBC T 19.41). As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real que também é a moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 28 de fevereiro de 2019.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO

Com a promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que introduziu diversas alterações na parte contábil da Lei nº 6.404/76, as entidades deveriam efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para o cálculo da depreciação. Essa previsão está contida no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, mas sem aplicação no Brasil, por conta da própria Lei nº 11.638.

Em de dezembro de 2010 foi publicada a Resolução nº. 1.263 pelo Conselho Federal de Contabilidade que, entre outras, aprovou a IT 10, que trata da interpretação sobre a aplicação inicial do Ativo Imobilizado, em consonância como a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento cujos efeitos passaram a terem efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

A NBC T 19.18 tratou da adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e determinou, em seu item 54, um prazo para que as entidades pudessem providenciar a primeira revisão prevista na Lei da seguinte forma:

Para tanto, foi incentivada para sua adoção o custo atribuído (deemed cost), como valor justo. A opção é aplicável apenas e tão somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial. Consequentemente, esse procedimento específico não significa a adoção da prática contábil da reavaliação de bens apresentada na própria NBC T 19.1. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (deemed cost) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (NBC T 19.39, em especial nos itens D5 a D8A).

Em 2018 a Entidade aplicou, retrospectivamente, a adoção do custo atribuído (deemed cost) sobre os imóveis de sua propriedade.

A adoção compreendeu a determinação do valor justo, a preço de mercado, dos imóveis através de avaliação feita por três profissionais do mercado imobiliário, com a escolha do Laudo emitido por Marco Aurélio Matielo - CRECI/ES 7607-F - CNAI 12.479, em 18 de dezembro de 2018, para efeitos da adoção do custo inicial do valor dos imóveis, que atendem plenamente as exigências legais e contábeis para a sua aplicação.

Informações do valor atribuído (deemed cost):

a) Itens avaliados

ITENS	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS	Total m ²	
		Terreno	Construção
1	Rua Manoel Braga Machado, nº. 02 a 30 - Bairro Ferroviários - Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP: 29308-065	4.598	12.066,08
2	Rua Manoel Braga Machado, nº. 21 a 23 - Bairro Ferroviários - Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP: 29308-065	324	573,49
3	Rua Mario Imperial, s/nº Bairro Ferroviários - Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP: 29308-014	5.432,94	-
4	Rua Manoel Braga Machado, nº. 89 a 91 - Bairro Ferroviários - Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP: 29308-065	288	

b) Valor justo Avaliado, contábil e a ajustar

	VALORES - R\$									
ITENS	AVA	AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO		CONTÁBIL			A AJUSTAR			
	A17	LINGHO H THEORY	0310	С	USTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	A POUSTAIN		
	Terrenos	Edificações	Total	Terreno	Edificações	Edificações		Terreno	Edificações	Total
1	1.425.991,56	21.961.294,84	23.387.286,40	37.534,40	12.724.207,45	4.113.337,35	8.610.870,11	1.388.457,16	13.350.424,73	14.738.881,89
2	173.236,32	833.870,12	1.007.106,44	4.559,86	483.138,02	156.183,37	326,954,64	168.676,46	506.915,48	675.591,94
3	2.904.884,35	0,00	2.904.884,35	76.461,26	0,00	0,00	0,00	2.828.423,09	0,00	2.828.423,09
4	153.987,84	0,00	153.987,84	150.000,00	0,00	0,00	0,00	3.987,84	0,00	3.987,84
TOTAL	4.658.100,07	22.795.164,96	27.453.265,03	268.555,52	13.207.345,47	4.269.520,72	8.937.824,75	4.389.544,55	13.857.340,21	18.246.884,76

A entidade continuará adotando as taxas de depreciação de 4% sobre as edificações. Devido à data de avaliação não houve a aplicação do desgaste em 2018, não havendo influencia na determinação de seu resultado (superávit). Mas houve influencia nos registros dos imóveis e no patrimônio líquido, pelo reconhecimento do ajuste de R\$ 18.246.884,76.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência, nos termos do item 8 da ITG 2002, aprovada pela Resolução do CFC n°. 1.409/12, e inclui as doações, subvenções, contribuições e as aplicação de recursos.

b) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumprida todas as condições estabelecidas e relacionadas às subvenções, inclusive critério de contabilização e reconhecimento do resultado.

c) Caixa e equivalente de caixa

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Bancos e Aplicações financeiras – com restrições

Em atendimento a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.409/12, representa os recursos financeiros advindos de subvenções governamentais, a serem aplicados a partir de 2019, nas condições determinadas nos respectivos instrumentos contratual.

e) Ativo e passivo circulante e não circulante.

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrentes da prestação de serviços hospitalares, como segue:

Total:	15.886.377,31	18.491.293,38
Provisão p/crédito de liq. duvidosa	(1.242.831,00)	0,00
Seguradoras de saúde	6.366.936,32	6.258.632,49
Convênios municipais	1.400.000,00	3.800.000,00
Contratualização SESA	9.362.271,99	8.432.660,89
Descrição	2018 – R\$	2017 – R\$

É constituída provisão em base considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e para tanto são considerados os valores de inadimplência mais antigos.

g) Estoques:

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

Estão assim representados:

Estoques:	2018-R\$	2017-R\$
Medicamentos	1.974.683,97	2.071.113,63
Materiais hospitalares	1.801.834,78	1.624.285,01
Outros materiais	432.063,01	496.813,70
Total	4.208.581,76	4.192.212,34

h) Demais contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrente operações a serem quitadas em 2019, como segue:

Descrição	2018 – R\$	2017 – R\$
Adiantamento a fornecedores	3.170.883,94	1.579.824,93
Cheques e cartões a receber	118.572,81	105.234,15
Adiantamento de salário	2.693,26	0,00
Depósitos judiciais	41.558,55	0,00
Unicred cota de capital a receber	0,00	4.239,11
Total	3.333.708,56	1.689.298,19

7. DIREITOS DE LONGO PRAZO

São considerados neste grupo de contas os valores cujo prazo para sua realização ultrapassa doze meses, nos termos dos itens 60 a 68 da NBC TG 26 (R4), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Contas a receber

Referem-se aos seguintes:

Contas:	2018-R\$	2017-R\$
Pagamentos por conta do HECI Litoral Sul – Município de Itapemirim	3.938.574,86	3.827.437,81
Convênios a receber	2.000.000,00	0,00
Recursos de glosas	1.323.081,92	2.646.163,85
Glosas a serem tratadas	7.882.466,75	9.091.506,53
Provisão para contas a receber de convênios	(1.328.937,09)	(1.328.937,09)
Total	13.815.186,44	14.236.171,10

Os pagamentos por conta do Hospital Evangélico — Município de Itapemirim decorre de valores devidos pela Maternidade Santa Helena, situado no Município de Itapemirim — ES a fornecedores, impostos e contribuições existentes quando da assinatura do contrato de gestão com aquele Município, que prevê a entrega de ativos no fim da gestão. O Contrato de Prestação de Serviços e Gestão foi assinado em 15 de dezembro de 2009 e tem aditivos posteriores. Os valores pagos serão liquidados quando do recebimento dos ativos.

Os recursos de glosas e as glosas a serem tratadas decorrem de valores a receber de diversos convênios, pertinentes a prestações de serviços anteriores a 2018 e estão sob os cuidados de departamento interno e do jurídico da Entidade. Para os valores de difícil liquidação é constituída provisão de perdas correspondente. Em atendimento às práticas contábeis os valores em discussão foram transferidos do circulante para o não circulante, haia vista a imprecisão da época de seu recebimento.

b) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhistas e aguardam definição para a sua realização.

8. IMOBILIZADO

É representado pelos seguintes valores:

Tipo de bens	2017	Aquisições	De	preciação	2018
	R\$	R\$	%	R\$	R\$
Terrenos	268.555,52	0,00	-	0,00	268.555,52
Terrenos – ajuste patrimonial	0,00	4.389.544,55	-	0,00	4.389.544,55
Prédios e construções	9.197.741,08	269.737,13	4	529.653,46	8.937.824,75
Prédios e construções – ajuste patrimonial	0,00	13.857.340,21	4	0,00	13.857.340,21
Equipamentos hospitalares	11.275.279,18	1.323.667,64	10	3.215.976,09	9.382.970,73
Equipamentos não hospitalares	1.227.888,95	4.513,46	10	169.805,72	1.062.596,69
Móveis e utensílios	1.447.259,82	346.838,11	10	481.580,47	1.312.517,46
Computadores e periféricos	718.134,92	98.472,62	20	8.399,15	808.208,39
Veículos	137.354,85	0,00	20	0,00	137.354,85
Obras em bens de terceiros - HECI Itap.	2.375.289,79	0,00		0,00	2.375.289,79
Obras em bens de terceiros a ressarcir	(2.375.289,79)	0,00		0,00	(2.375.289,79)
Totals	24.272.214,32	20.290.113,72		4.405.414,89	40.156.913,15

A sociedade tem mantido a política de aplicar parte de seus recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima. Exceto os imóveis, não foram aplicado sobre eles a permissão contida na NBC TG 37 (4), com as alterações de 23/10/15, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, quanto aos custos iniciais de adaptação às normais internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento.

Em 2018 foi avaliado a preço de mercado os valores dos terrenos e edificações, conforme mencionado na nota explicativa "5".

No total de aquisições de equipamentos hospitalares, em 2018, consta o montante de R\$ 323.072,14 (R\$ 813.725,68 em 2017) adquiridos com verbas governamentais, conforme "nota explicativa 12". Em 2018 foi transferido para receitas de subvenções no resultado, mediante processo de depreciação, o valor de R\$ 1.239.528,43 (R\$ 1.076.783,29 em 2017), nos termos da NBC TG 07-R1/2013, editada pelo CFC.

9. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa a materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou dos contratos correspondentes.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, como segue, inclusive as importâncias de longo prazo:

Fine	anciadores:	Finalidade 2018 - I		18 - R\$	2017	7 - R\$	
rina	anciadores:	rinalidade	Curto_prazo	Longo_Prazo	Curto_prazo	Longo_Prazo	
1	Santander S/A	C. Giro	1.533.464,52	3.578.083,88	964.791,93	5.111.548,40	
1	- Encargos a transcorrer		(542.296,35)	(1.240.595,75)	(311.212,86)	(1.722.383,56)	
2	Caixa Econômica Federal	C. Giro	3.155.205,84	5.784.544,05	166.666,66	-	
2	- Encargos a transcorrer		(655.205,84)	(1.201.210,71)		-	
3	Banestes S/A	C. Giro	-	-	2.591.958,30	-	
3	- Encargos a transcorrer		-	-	(90.459,43)	-	
4	Banestes S/A	C. Giro	-		1.606.684,56	-	
	Total		3.491.168,17	6.920.821,47	4.928.429,16	3.389.164,84	

Informações complementares sobre os empréstimos, considerando a ordem numérica:

Ordem	Finalidade	Início	Fim	Tax	as %	Garantias
Ordem	rinalidade	inicio	FIII	Mensal	Anual	Garantias
1	C. Giro	15/05/2017	15/04/2022	1,46	19	Recebíveis do SUS
2	C. Giro	10/11/2018	10/11/2021	1,23	14,76	Recebíveis do SUS
3	C. Giro	02/01/2018	30/10/2018	0,6	7,44	Aval
4	C. Giro	01/12/2017	11/06/2018	1,2	15,39	Aval

Os valores estão de acordo com os instrumentos financeiros contratados e extratos das respectivas instituições financeiras e as obrigações de curto prazo do ano anterior foram liquidadas em 2018.

As obrigações encontram-se registradas por seu valor presente, descontados os encargos futuros, através do reconhecimento dos encargos a transcorrer, a serem reconhecidos à medida de sua efetiva ocorrência, atendendo o princípio da competência.

c) Obrigações com pessoal

Refere-se à folha de pagamento de dezembro e a resíduo do 13º. salário de 2018.

d) Férias e encargos a pagar

O valor considera o valor das férias e respectivo encargos (FGTS e adicional) devidos na data de 31 de dezembro de 2018.

e) Tributos, encargos e serviços

Parcelamentos de tributos de responsabilidade do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e sua filial em Itapemirim cujos valores são apresentados, inclusive as parcelas de curto prazo, para melhor compreensão:

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÕES	CURTO_PRAZO - R\$	LONGO PRAZO - R\$	VENCIMENTOS:
SESA – resp. civil terc. (Incor)	0,00	6.965.270,97	10/2019 (1)
PERT - INSS e RFB	532.718,38	3.121.932,58	01/19 a 12/21 ⁽²⁾
FGTS sobre folha 12/18	500.148,87	0,00	01/2019
IRRF sobre folha 08/17, 11 e 12/18	1.207.726,08	0,00	09/17 e 12/18 a 01/19
IRRF/Terceiros PF 05/17 a 12/18	58.189,06	0,00	06/17 a 01/2019
IRRF/Terceiros PJ 11 a 12/18	30.845,52	0,00	12/18 a 01/19
ISS – PF 04/13 a 12/18	263.530,38	0,00	05/13 a 01/19
ISS – PJ 04/17 a 12/18	356.402,79	0,00	05/17 a 01/19
COFINS/PIS/CSLL - 12/18	96.863,46	0,00	01/19
INSS retido em 03/17 a 12/18	294.820,09	0,00	04/17 a 01/19
Contr. sindical 03/16 a 12/18	104.996,63	0,00	04/16 a 01/19
Escelsa E. Elétrica S/A – parc.	782.496,00	5.541.710,63	01/20 a 12/21
SESA – Itapemirim dev.	0,00	77.430,82	01/20 a 06/21
CLT – Itapemirim	0,00	8.200,60	01/20 a 02/21
TOTAIS	4.228.737,26	15.714.545,60	

(1) Valor cobrado pela Estado conforme processo nº. 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração "Dom Luiz Gonzaga Peluzo", não aceitos pela Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014 devido sua inclusão na Divida Ativa na Receita Estadual, mas encontrase suspensa por decisão de recurso.

(2) Em 2017 a Entidade beneficiou-se do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela LEI 13.496, de 24/10/2017, e parcelou obrigações administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as pendentes na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa reduziu o montante das obrigações e concedeu parcelamento em 149 meses.

f) Subvenções a realizar

Referem-se valores recebidos através de convênios governamentais, cuja realização por custeio ou aplicações em bens, em parte ou total, dar-se-ão a partir de 2019.

Os valores a realizar encontram-se depositados ou aplicados em instituições financeiras, sob-restrições, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

g) Receitas de Subvenções a Realizar

Parcela de curto prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações tem ocorrido devido ao degaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2019 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2020 no passivo não circulante, como obrigações de longo prazo.

10. OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

São esclarecidos como segue

a) Provisão para contingencias

Pela IAS 35 e CPC 25 são definidos os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências ativas e passivas, assim como as regras de divulgação para entendimento de sua natureza, época e valor. São relacionadas a seguir as informações de direitos e obrigações presentes decorrentes de eventos passados que provavelmente irão gerar entradas ou saídas de recursos financeiros, tendo como base as informações constantes do relatório jurídico da entidade, assim distribuídos:

Natureza:	2018 – R\$	2017 – R\$
Cíveis	133.000,00	680.600,00
Trabalhistas	0,00	150.000,00
Total	133.000,00	830.600,00

b) Parcelamento de tributos, encargos e serviços

Como apresentado na nota "9-e", trata-se dos valores advindos de obrigações de longo prazo, decorrentes de parcelamentos concedidos pelos entes de direito, e que tem os vencimentos a partir de 2020.

c) Empréstimos

Como apresentado na nota "9-b", refere-se às parcelas do empréstimo com vencimentos a partir de 2020.

d) Receitas de subvenções a realizar

Trata-se da parcela de longo prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Incorporação do resultado de 2017 ao Patrimônio Social

No presente exercício foi incorporado ao Patrimônio Social o déficit de R\$ 2.212.509,60, apurado em 31 de dezembro de 2017, conforme disposto no item 15 da ITG 2002, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste decorrente da adoção do valor atribuído (deemed cost) aos valores dos imóveis da entidade, nos termos da NBC T 19.18, que tratou da adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, conforme disposto na "nota explicativa 5".

c) Resultado do exercício

Em 2018 as operações hospitalares, consideradas as receitas e despesas, acarretaram o superávit de R\$ 889.744,13 que, para efeito de análise, deverá ser considerado juntamente com os demais números e informações apresentadas nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

12. MOVIMENTAÇÃO DOS CONVÊNIOS EM 2018

Conforme os procedimentos ditados pela ITG 2002 (R1)/12 para as entidades sem fins lucrativos e a NBC TG 07-R1/13, que dispõe sobre os procedimentos no recebimento de subvenção e assistência governamentais, em 2018 tais recursos apresentaram as seguintes movimentações:

	CONVÊNIO			REALIS	ZAÇÃO	RE	CEBIMENTOS,	RENDIMENTO	S/DEVOLUÇÕES	- R\$	RECURSOS
ORIGEM	Nº.	VALOR-R\$	DBJETO	JÁ REALIZADO	EM 2018	Em 2018	A receber	Remd fin.	Devolvido	A realizar	PRÓPRIOS
- PREFEITURAS:											
Itapemirim - ES	32-2013	1.000.000,00	C.Imagem	955.390,08	44.609,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Itapemirim - ES	001-2018	16.800.000,00	Custeio	16.800.000,00	16.800.000,00	16.800.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Itapemirim - ES	002-2018	5.300.000,00	Custeio	5.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	005-2018	1.000.000,00	Equiptos	1.000,000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcial 1:		24.300.000,00		23.255.390,08	23.344.609,92	23.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- GOV. FEDERAL											
CMB/FEHOFES	Adesão-2011	18.176,90	Video Conf.	0,00	22.962,22	23.854,43	0,00	23.057,80	0,00	42.126,91	0,00
Federal	836263-2016	1.000.000,00	Equiptos	0,00	0,00	0,00	0,00	41.300,90	0,00	1.041.300,90	0,00
Federal	835279-2016	250.000,00	Equiptos	0,00	0,00	0,00	0,00	8.221,59	0,00	258.221,59	0,00
Federal	836808-2016	300.000,00	Equiptos	0,00	0,00	0,00	0,00	9.302,61	0,00	309.302,61	0,00
Federal	835281-2016	730.000,00	Equiptos	0,00	0,00	0,00	0,00	21.876,36	0,00	751.876,36	0,00
Federal	836807-2016	100.000,00	Equiptos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.936,46	0,00	1.936,46	0,00
Federal	000279-2010	198.720,00	Equiptos	155.547,44	43.900,00	0,00	0,00	6.295,81	21.020,50	0,00	15.452,13
Federal	760963-2011	1.614.000,00	Equiptos	1.264.563,80	211.600,00	0,00	0,00	34.711,83	172.548,03	0,00	0,00
Federal	757046-2011	872.343,00	Equiptos	885.000,00	0,00	0,00	0,00	36.693,95	0,00	53.533,95	29.497,00
Federal	810110-2014	1.000.000,00	Equiptos	757.500,00	0,00	0,00	0,00	102.240,89	0,00	344.740,89	0,00
Federal	807921-2014	1.000.000,00	Equiptos	873.000,00	0,00	0,00	0,00	42.074,18	0,00	169.074,18	0,00
Federal	824523-2015	153.900,00	Equiptos	62.060,00	0,00	0,00	0,00	13.604,79	0,00	105.444,79	0,00
Federal	861616-2017	249.500,00	Equiptos	0,00	0,00	249.500,00	0,00	0,00	0,00	249.500,00	0,00
Parcial 2:		7.486.639,90		4.097.671,24	278.462,22	273.354,43	0,00	341.317,17	193.568,53	3.327.058,64	44.949,13
TOTAL		31.786.639,90		27.353.061,32	23.623.072,14	23.573.354,43	0,00	341.317,17	193.568,53	3.327.058,64	44.949,13

13. ORIGEM DAS RECEITAS

a) Contratualização SUS

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênio firmado com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde

b) Serviços Conveniados

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de administradoras de plano e seguradoras de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

Descrição	2018 - R\$	2017-R\$
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	17.806.502,48	20.258.086,14
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	2.458.501,11	1.616.134,64
Bradesco Seguros	1.448.820,38	1.544.795,16
Samp	1.411.039,87	1.049.667,35
São Bernardo Saúde	1.388.194,17	915.197,67
GEAP	869.053,89	772.264,40
Medsanitas Brasil	827.962,74	710.998,98
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	389.433,54	584.116,85
Banescaixa	1.171.059,10	534.549,79
Consórcio Intermunicipal	441.400,30	520.592,05
Amil	716.800,57	41.630,14
Demais convênios	3.364.562,13	3.327.238,15
TOTAL	32.293.330,28	31.875.271,32

c) Demais serviços hospitalares

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2018 - R\$	2017 – R\$
Pacientes particulares	1.898.325,53	1.973.828,16
Serviços de Ressonância Magnética	540.892,72	370.269,66
Serviços de Tomografia	483.540,56	398.935,39
Serviços de Ultrassonografia	314.778,14	243.076,80
Exames laboratoriais	177.770,39	169.047,20
Radiologia	112.412,55	148.088,25
Outros serviços	91.264,15	18.476,68
TOTAL	3.618.984,04	3.321.722,14

d) Subvenções governamenta

Subvenção diversas recebidas da prefeituras, como segue:

	CONVÊNIO		OBJETO
ORIGEM	Nº.	VALOR-R\$	OBJETO
- PREFEITURAS:			
Itapemirim - ES	001-2018	16.800.000,00	Custeio
Itapemirim - ES	002-2018	5.500.000,00	Custeio
Itapemirim – ES	003-2018	1.000.000,00	Custeio
Presidente Kennedy	004/2018	1.440.000,00	Custeio
- FEDERAL:			
Por depreciação de bens	Diversos	1.239.528,43	Equipamentos
Total		25.979.528,43	

e) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da sociedade, como segue:

Descrição	2018 - R\$	2017 - R\$
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	10.000,00	7.500,00
Recursos pelo RECICLHECI (Programa Seletivo de Coleta)	22.597,00	12.945,85
Captação Recursos (Escelsa)	188.427,45	400.944,43
Contribuição de pessoas jurídicas	351.497,51	367.982,34
Contribuições de pessoas físicas	123.683,31	142.828,33
Trabalho voluntário-item 19 da ITG 2002(R1)/12	178.463,04	111.475,56
TOTAL	874.668,31	1.043.676,51

14. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

a) Imunidade/Isenção tributária e previdenciária

A sociedade está imune e isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa "2", por atender aos requisitos contidos na Lei nº. 12.101/09, com adaptações das Leis nº. 12.453/11, 12.868/13 e 13.043/14 e do Decreto 8.242/14, que regula a Lei. nº. 12.101/09, e da alínea "c", inciso 6º, art. 150. CF/88.

b) Benefício previdenciário e fiscal usufruído

Em 2018 foram reconhecidos contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração do superávit apurado, como segue:

IMUN	IDADES/ISENÇÕES:	2018 – R\$	2017 – R\$
1-	Previdenciária:		
	Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão- de-obra	17.268.309,04	16.277.092,70
2 -	Impostos e contribuições federal:		
	a) Cofins – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	3.352.535,99	3.677.516,60
	b) Pis – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	727.853,21	-
	c) IRPJ – sobre o déficit (base lucro real**)	198.436,03	
	c) CSLL – sobre o déficit (base lucro real**)	80.076,97	-
	e) IOF s/empréstimos	112.333,93	39.216,00
3 -	Municipal:		
	ISS sobre os serviços hospitalares prestados	5.443.218,08	5.407.452,04
ОТА	L DA ISENÇÃO	27.182.763,25	25.401.277,34

O valor total das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições.

15. RESULTADO DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DA GESTÃO HOSPITALAR

Gestão relativa aos seguintes hospitais:

a) Hospital Evangélico Litoral Sul

Gestão hospitalar da Entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES, conforme instrumento de contrato assinado em 15 de dezembro de 2009 e aditivos, cujos resultados decorrentes das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Disci	riminação	2018 – R\$	2017 – R\$
1 -	Receitas:	11.590.210,16	8.036.432,44
	■ Subvenções municipais	7.340.000,00	3.960.000,00
	■ Serviços Sus	3.520.130,22	3.542.375,12
	■ Convênios e particulares	730.079,94	534.057,32
2 -	Custos/despesas:	12.255.751,13	12.870.358,00
	■ Salários e encargos	6.002.846,05	7.274.798,04
	■ Medicamentos e despesas	6.252.905,08	5.595.559,96
3 -	Parcelamentos	190.169,14	207.725,69
	■ Impostos parcelados pagos	190.169,14	207.725,69
4 -	Déficit líquido	(855.710,11)	(5.041.651,25)

b) Hospital Menino Jesus

Gestão hospitalar da Entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES conforme instrumento de contrato, cujos resultados das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação		2018 – R\$	2017 – R\$
1-	Receitas:	16.800.000,00	12.066.840,00
	■ Subvenções municipais	16.800.000,00	12.066.840,00
2 -	Custos/despesas:	20.222.888,60	(16.577.653,02)
	■ Salários e encargos	8.300.394,64	8.515.950,81
	■ Medicamentos e despesas	9.627.357,59	5.525.795,70
	■ Provisão para RCTA	2.295.136,37	2.535.906,51
3 -	Superávit (déficit) líquido	(3.422.888,60)	(4.510.813,02)

16. SEGUROS

A política do hospital é a de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório, face aos riscos envolvidos do exercício. Em 2018 e 2017, para proteger as operações desenvolvidas, foi contratado seguros para cobrir os seguintes riscos:

a) Cobertura Matriz

Tipo de Riscos:	Importância Segurada – R\$	
	2018	2017
Incêndio, raio, explosão de qq natureza	25.000.000,00	25.000.000,00
Danos Elétricos	1.500.000,00	3.000.000,00
Subtração de bens	100.000,00	100.000,00
Equipamentos eletrônicos (sem roubo/danos elétricos)	400.000,00	400.000,00
Veículos (6 unidades) – danos materiais, corporais e morais	900.000,00	900.000.000
Veículos – danos materiais	200.000,00	200.000,00
Responsabilidade civil	405.000,00	500.000,00
Tumultos	5.000,00	-

Impacto em veículos e de aeronaves 5.000,00 Vendaval sem impacto de veículos 5.000,00 -

b) Cobertura da Filial

Tipo de Riscos:	Importi	Importância Segurada – R\$	
	2018	2017	
Incêndio, raio, explosão de qq natureza	7.000.000,00	5.000.000,00	
Vendaval/Fumaça	200.000,00	100.000,00	
Veículos – danos materiais	200.000,00	200.000,00	
Danos Elétricos	50.000,00	25.000,00	
Responsabilidade civil	300.000,00	300.000,00	

17. DIVULGAÇÃO ITG 2002(R1)/2012

O item 27 da ITG 2002 (R1), sobre Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, menciona que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

As divulgações para o atendimento da ITG são as seguintes:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais; Encontra-se divulgado na nota explicativa 01.
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 6-b, 11 e 12-e.

(c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demontrações contábeis como se a obrigação devida fosse;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 14 e demonstração do superávit ou déficit.

 (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 9-f/g, 10-d, 12 e 13-d.

(e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 6-d.

(f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 6-d e 12.

(g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade:

Até a data de conclusão das demonstrações financeiras não se apresentaram eventos que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade:

(h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 9-b.

(i) informações sobre os seguros contratados;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 16.

 (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;

A questão não se aplica às operações hospitalares da Entidade.

 (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 8.

(I) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;

As operações da Entidade são desenvolvidas com recursos próprios advindas de suas operações hospitalares acrescidas de subvencões recebidas de entidades governamentais, com destinação certa, conforme demonstra a nota explicativa 12.

(m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;

O procedimento não se aplicata às atividades hospitalares da Entidade, sujeita às normas no campo da saúde para fruição de seus benefícios quanto às isenções previdenciária.

 (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

A comparação é feita através da demonstração do superávit ou déficit do exercício.

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis acima e suas notas explicativas,

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 31 de dezembro de 2018.

Michelle Henrie Oliveira Falgunto
Michelle Henre Oliveira Falgunto
Contador CRC-ES 017214/0-2



Ans Srs

Membros do Conselho de Administração do

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Cachoeiro de Itapemirim - ES

Opiniã

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Conforme "nota explicativa nº. 5", foram atribuídos, retrospectivamente, o valor justo (deemed cost), a valor de mercado, aos imóveis da Entidade, para atendimento à Lei nº 11.638/ 2007, que introduziu diversas alterações na parte contábil brasileira, assim como à Resolução nº. 1.263/2010, do Conselho Federal de Contabilidade que, entre outras, aprovou a IT 10, que trata da interpretação sobre a aplicação inicial do Ativo Imobilizado, em consonância como a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. A atribuição teve como base laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado, que adotou procedimentos técnicos e legais em sua elaboração, e acarretou aumento positivo no valor dos imóveis do grupo do imobilizado, no ativo, e no patrimônio líquido, no passivo, pelo valor líquido de R\$ 18.246.884,76, representando de forma mais consistente sua apresentação nas demonstrações contábeis.

Avaliação do Imobilizado

Exceto imóveis, a Entidade não procedeu à avaliação do valor de seu imobilizado a valor justo de mercado, para atendimento à Lei nº 11.638/ 2007, que introduziu diversas alterações na parte contábil brasileira. Esse procedimento acarreta distorção relevante e não retrata a realidade patrimonial da Entidade, pois seus bens patrimoniais estão avaliados a custo histórico diminuído da depreciação.

A Administração informou que está providenciando levantamento físico dos bens para, em seguida, providenciar a avaliação a preços de mercado e, extemporaneamente, reconhecer contabilmente o feito dessa avaliação, como o já adotado quanto ao valor dos imóveis em 2018.

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em 22 de março de 2018 sem modificações, mas citando assuntos sobre a apresentação da demonstração do valor adicionado — dva; não avaliação a valor de mercado do imobilizado; prejuízos decorrentes da prestação de serviços por conta de plano e seguro de saúde; prejuízo na gestão hospitalar e sobre a continuidade da Entidade, devido a ocorrência de prejuízos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteudo das demonstrações contabeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ): 11 de março de 2019.

ALCTANCE Auditoria Contable empresaria

Francisco Sant Aria Silva Sócio – Responsável Técnico Contador CRC RJ 026.209/O-3-S/ES – CNAI 190

CONSELHO FISCAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Parecer referente ao ano de 2018

Senhores associados,

Opinião

Em atenção às disposições estatutárias do Seção III, art. 23, 24 e 25, do Estatuto Social, o conselho fiscal informa que, examinou o Balanço Patrimonial, suas demonstrações, bem como os registros contábeis, documentação financeira de caixa, notas fiscais e todas as informações necessárias ao seu registro no ano de 2018, verificando a conformidade com as normas em vigor.

No balanço patrimonial as demonstrações dos resultados, demonstração da mutação do patrimônio social, fluxo de caixa, demonstração de valor adicionado, Ativo e Passivo, traduzem a atual situação financeira do Associação.

Os documentos contábeis foram analisados periodicamente conforme Art. 25 do Estatuto Social e encontram-se, devidamente arquivados e autorizados de acordo com as normas em vigor. A contabilidade respeita as normas e princípios regidos pelas leis e pelo conselho federal de contabilidade.

Foi reconhecido contabilmente o feito da avaliação em seus Imóveis, conforme a lei 11 638/2007.

O conselho fiscal manifesta assim, parecer favorável à aprovação do Balanço Patrimonial como está em sua forma.

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de março de 2019

CONSELHO FISCAL

Belle

Almir Correa Machado –

Paulo Cesar Baptista -